

Recensões

Eduardo Javier Alonso Romo, *Luis de Montoya. Un reformador castellano em Portugal*, Guadarrama (Madrid), Editorial Agustiniiana, 2008, 164 pp.

Nunca louvaremos bastante os esforços que se ponham em precisar a rede de intercâmbios que, ao longo dos séculos, em paz e em guerra, à sombra da política..., das festas..., dos negócios..., das manifestações culturais – a imprensa e o seu mundo de edição e negócio – ..., das relações pessoais..., da religião – além das doutrinas e dos sentimentos religiosos, os ensaios para programas comuns e em comum orquestrados (pensemos na extinção dos franciscanos conventuais, em 1568) –, se foi tecendo, cruzando fronteiras e, muitas vezes, desafiando leis, entre Espanha e Portugal e que, com os matizes próprios de outros regionalismos, contribuiu para a unidade peninsular. Será sempre possível discutir o sentido da tese, mas não eludir os factos. E desde esta perspectiva, Eduardo J. Alonso Romo, no campo imenso da história religiosa, tem sido um investigador incansável. Pensemos – e aludimos apenas aos trabalhos mais recentes – nos seus estudos sobre os discípulos de Juan de Ávila em Portugal – «Huellas avilinas en Portugal y en el oriente portugués» (*El Maestro Ávila*, Madrid, CEE, 2002) –, sobre S. Francisco Javier – «Biografias portuguesas de Xavier» (*Brotéria*, 163 [2006]) – e o fundador da provincia portuguesa da Companhia de Jesus – «El legado escrito de Simão Rodrigues» (*A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII. Espiritualidade e cultura*, Porto, 2004) –, sobre o biógrafo de Fr. Bartolomeu dos Mártires – «El verdadero Fr. Luis de Sousa (c. 1555-1632). El hombre y su legado escrito» (*Archivo dominicano*, 29 [2008]) e ainda sobre a ordem de Santo Agostinho em Portugal – «Luis de Montoya y otros agustinos amigos de los jesuitas en Portugal» (*La ciudad de Dios*, 218 [2005]), «Un espiritual castellano em Portugal: Luis de Montoya, OSA (1497-1569) (*Vida sobrenatural*, 87 [2007]), «Proyección en Portugal de los agustinos de Salamanca. ss. XVI-XVIII» (*Salamanca. Revista de estudios*, 57 [2008]).

Como terão já sugerido os últimos trabalhos citados, era absolutamente esperável que E. J. Alonso Romo, ampliando-lhes as perspectivas, dedicasse, pri-

vilegiando «las cuestiones relativas a la historia de la espiritualidad y su literatura» (p. 14), um volume autónomo ao grande reformador agostinho que, pese ao «relativo olvido» – porque não dizer grande? –, partilhou tempos, anseios e correspondência com gente de santidade e peso como um Seripando, Juan de Ávila, Inácio de Loyola, Pedro de Alcântara, Luis de Granada, Tomás de Vilanova, Tomé de Jesus...

Listando as suas obras impressas e, benemeritamente, localizando os respectivos exemplares que, com felicidade, utilizará, o autor examina as duas principais biografias do seu Fr. Luís: a que escreveu Fr. Tomé de Jesus «antes del verano de 1578», data em que embarcou com o rei Sebastião para o norte de África – dadas as circunstâncias atribuladas da longa preparação do embarque talvez devamos pensar que a redigiu muito antes – e que, continuando inédita, aproveitou Fr. Jerónimo Román na sua conhecida *Historia de la vida del muy religioso varón Fray Luys de Montoya*, Lisboa, António Álvares, 1589. Como alerta ao leitor (p. 16), muito próximas ambas da personalidade e dos factos historiados, o que deveria impedir que «sea demasiada la “fermentación hagiográfica”, antes, em nosso entender, com «milagros e historias maravillosas», favoreceram-na ainda assim o suficiente – um mais que o outro, é certo – para que, como sublinhava D. Fr. Aleixo de Meneses ao anotar as diferenças entre elas (p. 15-16), fossem, cada uma a seu modo, textos de meditação e imitação, que era a lição que ofereciam aos seus mais imediatos leitores de tempo e mentalidade, os religiosos agostinhos.

Depois de repassar o «estado da questão», abre «su sendero» através da biografia de Montoya – do seu Belmonte natal à Salamanca onde estuda, se «converte» e professa – curiosamente é a voz de uma mulher devota que o decide a esse passo, o que nos recorda outros «sinais» de moção que a hagiografia tanto gostou de explorar, a começar por Francisco de Assis –, onde é mestre de noviços e donde passa a prior da casa de Medina del Campo (p. 19-35). Prior pouco interveniente nas materialidades do convento (p. 38) – louvemos a «devoção» posta por E. J. Alonso Romo em nos ir informando dos vestígios e vicissitudes por que foram passando, ao longo dos séculos, as diversas casas que habitou Fr. Luis (p. 24, 37, 39, 59-60, 67) –, pregador assíduo, confessor de gente da banca medinense, promotor da evangelização agostiniana na Nova Espanha documentam a sua acção (p. 37-42). São tempos de algum milagre (p. 39) e de escrita publicada – *Meditaciones de la Pasión para las siete horas canónicas*, Medina, 1534, acompanhada de uma *Doctrina que un religioso envio a una amigo suyo*, obrinha esta que tinha, precisamente, por destinatário um homem da banca, Rodrigo de Dueñas (p. 40-41).

É deste clima em terra de negócios que o colaborador do futuro S. Tomás de Vilanova se vê destinado a ocupar-se de outros negócios e em terra estranha: o Portugal que, sob o ceptro de um João III cujo empenho de reformações o levava a empenhar-se em reformar o que, alguma vez, não necessitava de reforma – *vide* a opinião do austero Fr. Juan Hurtado sobre a reforma dos dominicanos –, lhe

propunha, na companhia de Fr. Francisco de Villafranca, ocupado este pelo rei «Piedoso» «en negócios del reino» (p. 47) – não seria possível precisar o cronista? –, a reforma dos agostinhos portugueses (p. 43-55). Durante os seus 34 anos que passou em Portugal foi esse, com dificuldades várias (p. 49, 50, 51, 52, 58) e resultados palpáveis – a fundação do «estudo» dos agostinhos na reformada universidade de Coimbra (p. 48, 60-64) – o seu alvo que há que ver apontar a esse «círculo de espiritualidad renovadora y de corte afectivo» (p. 88) que, devido, principalmente, aos notáveis estudos de Melquíades Andrés, se vem designando por «recogimiento» (ainda que convenha, algumas vezes, tal como para a *devotio moderna*, não fazer brotar das suas raízes correntes de espiritualidade e de sentimento religioso dos séculos XVI e XVII que, coincidentes nas suas fórmulas, formulações e, por vezes, cronologias, têm tradições mais próprias). Como exemplo dos raríssimos «lunares» deste belo estudo, lastimemos que E. J. Alonso Romo não se tenha demorado a precisar em que consistiu, numa ordem que, indubitavelmente, tinha «altos exponentes intelectuales» (p. 49), esse «fomentar los estudios» (p. 48). Gos-tariamos de ver nomes..., orientações..., que – em consequência? – o caso trágico de Fr. Valentim da Luz – doutrinas – (p. 77-78) e a rebeldia de Fr. Sebastião Toscano – homens e/ou doutrina? – (p. 51-52) sugerem. Seripando, com o seu peso e prestígio de geral e cardeal nem sempre foi visto por árvore de boa sombra, mesmo que hoje saibamos calibrar algumas das suas propostas teológicas, como mostram os estudos de A. Prosperi e V. Grossi (A. Gestaro, coord., *Geronimo Seripando e la chiesa del suo tempo*, Roma, 1997).

Atractivo da corte – reais ou senhoriais, as cortes, como é bem sabido, sempre procuraram atrair reformadores e profetas amigos de reformas... –, Fr. Luís de Montoya foi, durante dois anos que lhe pareceram mil (p. 67) e nesse privilegiado círculo conservou a *fama sanctitatis* que, como de costume e, geralmente, com justiça, levava príncipes e povo a pedirem ou a assaltarem os despojos mortais de um «santo» para dele conservarem relíquias que, como se sabe, também são memória (p. 69). Uma memória que, com benefício nosso, E. J. Alonso Romo se encarrega de avivar ao recensear alguns dos discípulos portugueses de Fr. Luís, em que se contam não só homens de governo da ordem, mas também autores de obras de espiritualidade e ainda alguma devota, como Maria Raimundes (p. 71-80). Antes de entrar na análise do autor espiritual, E. J. Alonso Romo dedica um importante capítulo ao «Amigo de San Ignacio y de los jesuítas» (p. 81-89).

Reconhecendo, certamente, quanto «la cercania espiritual a la entonces naciente Compañía de Jesus es común a casi toda la vanguardia religiosa de la época» (p. 81), o autor particulariza esse acercamento em várias etapas. Uma primeira, indirecta, quando, estando já Montoya em Medina del Campo, Inácio andou por Salamanca (1527). Então, o estudante e peregrino terá sido assunto de conversa entre agostinhos que dele poderão ter falado a Fr. Luís. Não custa a crer que assim fosse, mas duvidamos que, com as excepções possíveis e hoje, ao

parecer, desconhecidas, não teriam sido, em geral, comentários favoráveis. Pensemos nas reacções contrárias que apadrinharam os agostinhos de Zaragoza... e nas suspicácias iniciais do agostinho Tomás de Vilanova... Inácio é preso nesse ano por alumbrado ou coisa que a isso se assemelhava em opinião de inquisidores..., processado..., e mesmo se inteiramente absolvido, levou, durante muitos anos, como muitos dos seus, às costas – ainda em dias em que a Companhia já tinha sido aprovada por Paulo III – a fama de ter fugido de Espanha para não cair nas malhas da inquisição... Dessa fama ainda se fazia eco, a dar crédito a P. de Rivadeneira e E. Nieremberg e, sabemo-lo agora, já evocava, em 1947, M. Bataillon (*Les Jésuites dans l'Espagne du XVI ème siècle*, Paris, 2009), o Dr. Miguel de Torres, como motivo da sua resistência a acercar-se de Inácio em Roma (nunca antes de 1543, se a intervenção de Juan de Vega não for uma piedosa fantasia dos cronistas, tradutora da importância, bem real, aliás, que esse embaixador imperial, desde esse ano em que chegou a Roma, assumiu nas coisas da Companhia). De qualquer modo, como ressalta E. J. Alonso Romo, tempo, expansão, obras e letras da Companhia e contacto pessoal com Inácio aquando da viagem do P. Montoya a Roma depois do capítulo geral da sua ordem em Bolonha (1551-1552), permitiram-lhe tratar pessoalmente o fundador da Companhia e, o que é mais importante, com ele manter, com um respeito e admiração que sempre recordará (p. 83), umas «conversaciones» que, como não sabemos se os fez, seriam «el grado ínfimo» dos *Ejercicios*. De qualquer modo, alguma correspondência entre os dois, explorada por o autor, permite assinalar o impacto espiritual causado por Inácio em Montoya, perceber melhor as relações dos agostinhos com os jesuítas em Portugal e, como esperamos da investigação de Alonso Romo, a influência dos *Ejercicios* nas obras de espiritualidade de Fr. Luís e de alguns dos seus discípulos. Entretanto, saudemos a anunciada preparação do *Chronicon* do P. J. Polanco (p. 82).

No 9º e 10º capítulos – «Escritor enamorado de Jesus» (p. 91-114), «Las obras de los que aman a Dios» (p. 115-121) –, o autor examina, do ponto de vista da história da espiritualidade e da editorial, a obra literária do P. Montoya, um escritor, que se bem interpretamos a Fr. Jerónimo Román, seria mais bem «recebido», leia-se estimado, em Portugal do que em outros reinos (p. 91) ... E, neste sentido, serão sempre de reter, como grandes coordenadoras da sua obra – a já referida *Meditación de la Pasión*..., as quatro partes de *Vida de Jesús* (1565-1566) ..., *Obras de los que aman a Dios* (1565) – as influências recebidas de Santo Agostinho (p. 92, 118-119) – e seria interessante algum dia ler o seu Santo Agostinho à luz das propostas teológicas de Seripando –, as do pseudo-Boaventura (*Meditaciones de la vida de Cristo*) e do pseudo-Tauler (*Ejercicios sobre la vida e pasión de Jesu Cristo*) – textos tão difundidos no Portugal dos seus dias em latim e em vulgar – e do mestre de todos estes últimos, S. Bernardo (p. 98, 134), cuja influência tantas vezes nos esquece. E. J. Alonso Romo sugere ainda que seria de «afinar» a presença da *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia – um repositório de

temas boaventurianos – e das *Meditationes de vita Christi* do agostinho Jordán de Sajonia. E porque não do *Stimulus amoris*, de largas tradições e traduzido e editado em Portugal em 1550? E lembremos que em Portugal podia Fr. Luís ler textos espirituais que, nos seus dias, não podiam circular em Espanha... Diante da possibilidade da influência de tais mestres, percebemos que, textos na mão, o autor sublinhe, nessas obras em que o lado prático acompanha a finalidade divulgadora (p. 92-94), a afectividade, uma afectividade que nos parece comum à «escola» dos agostinhos portugueses (pensemos em Fr. Tomé de Jesus, igualmente tão devedor dos mestres referidos), que domina a exposição cristocêntrica e as propostas de contemplação da vida de Cristo (p. 95, 97, 100). A devoção e o inerente culto à Eucaristia (p. 139-140), temas intimamente ligados ao cristocentrismo de Fr. Luís, dele fazem – e, em tempos de reforma católica, não se esperaria outra coisa – um fervoroso partidário da comunhão frequente, tão fervoroso que, com uma imaginação digna de um Fr. António de Guevara..., não duvida em propor a Virgem Maria, «comulgando cada dia con viva fe y encendida caridad», como convidativo exemplo de uma prática a seguir (p. 109).

O autor dedica ainda um breve capítulo (11º) a examinar (p. 123-131) quer «otros textos» menos conhecidos – *Consejos e Testamento espiritual* – dedicados aos agostinhos portugueses, quer «textos inéditos y textos perdidos». Entre estes, lastimemos o desaparecimento dos seus *Sermones* que continuariam a documentar a sua devoção mariana, inclusivamente na sua dimensão imaculista, e seu «memorial» que, ao lado dos de Inácio de Loyola e de Pedro Fabro, seria um documento de primeira ordem para conhecer não só o religioso, mas também o clima espiritual em que foi vivendo. E não deixa de ser curioso que, em anos em que os pais nobres procuravam dar aos seus filhos que partiam para a corte ou para a guerra, uma «instrução» – por vezes, dita conselhos..., advertências..., lembranças – em que, sapientemente, elencavam os conselhos de comportamento – ético e não tanto de boas maneiras – que reputavam essenciais para bem «representar» nesses mundos que se lhes abriam, encontremos Fr. Luís de Montoya também enunciar e comentar uma série de «reglas», de carácter sapiencial que, destinadas «a mostrar el camino más seguro» aos «que se recogían a los monasterios», «también son provechosísimas a cualquier hombre cristiano» (p. 124) ... «Con ninguno se ha de porfiar» ..., «Amar el silencio y hablar poco» ..., «No reír demasiado» ..., «Huir de la familiaridad de los superiores» ..., «Juntarse a buenas compañías y fijarse en ellas»... são alguns dos aforismos que podem, com alguma variante, encontrar-se em muitas «instruções» dos séculos XVI e XVII.

O «perfil espiritual» do P. Montoya (p. 133-144) permite ao autor não só recapitular alguns dos traços da sua espiritualidade que deixara sublinhados, mas ainda destacar circunstâncias de vida que nele eram de oração – «andariego» ..., constante trabalho..., *ora et labora*..., o canto não litúrgico como meio de oração e contemplação enquanto caminhava e contemplava a natureza (uma afinidade

com, entre outros, Fr. Bartolomeu dos Mártires) ..., a sua discrição..., a moderação penitencial..., a sua pobreza de pessoa e cela (verificada à hora da sua morte) ..., etc.

A morte e exéquias de Fr. Luís (7.9.1569), como a de muitos outros varões com *fama sanctitatis*, geraram, como era previsível, toda uma série de manifestações de dor acompanhadas dessa ânsia popular de ver e tocar pela última vez o seu corpo e de relíquias dele e das «sus cosas» (p. 148-149). A sua morte, se não parece ter sido vista como um castigo mais que nesses dias caía sobre uma cidade já «açoitada» pela pestilência, não deixou de ser considerada, como em outros casos, um sinal de que «había de venir algún mayor azote del que padecían». E, curiosamente, também no seu caso, as tentativas de canonicamente consagrar essa *fama sanctitatis* não tiveram sequência. E bem gostaríamos de ver explicitadas e explicadas as «cauteladas» de Fr. Tomé de Jesus sobre o assunto (p. 149).

Finalizada por uma bem organizada bibliografia, na qual o autor ainda nos oferece, em nota, a localização dos exemplares das obras do P. Montoya e das antigas biografias suas, a obra de Eduardo J. Alonso Romo é, como tentámos mostrar – e perdoe-nos o autor as impertinências –, um excelente exemplo dessas precisas sínteses em que o «estado da questão» se desdobra em eficaz roteiro de outras questões a investigar. Esperemos, então, pelo seu Fr. Tomé de Jesus...

José Adriano de Freitas Carvalho